

**DANIEL** AMORIM  
ASSUMPTÃO **NEVES**

MANUAL DE

**PROCESSO COLETIVO**

**VOLUME ÚNICO**

2020

 EDITORA  
*Jus*PODIVM  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

**4<sup>a</sup>** revista  
edição atualizada  
ampliada



[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia  
Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Conselho Editorial:** Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

**Capa:** Rene Bueno e Daniela Jardim ([www.buenojardim.com.br](http://www.buenojardim.com.br))

**Diagramação:** Lupe Comunicação e Design ([lupecomunicação@gmail.com](mailto:lupecomunicação@gmail.com))

\* A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 3.ª edição.

N511m Neves, Daniel Amorim Assumpção.  
Manual de processo coletivo: volume único / Daniel Amorim Assumpção Neves – 4.  
ed. rev., atual. e ampl. – Salvador: Ed. JusPodivm, 2020.  
560 p.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-442-2514-1

1. Direito Processual Civil. 2. Processo Coletivo. I. Neves, Daniel Amorim Assumpção. II. Título.

CDD 341.46

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS .....</b>	<b>31</b>
<b>1. BREVE HISTÓRICO .....</b>	<b>35</b>
1.1. Países da família da <i>civil law</i> .....	35
1.2. Países da família da <i>common law</i> .....	36
1.3. Evolução do processo coletivo no Brasil .....	37
<b>2. TUTELA JURISDICIONAL COLETIVA .....</b>	<b>39</b>
2.1. Introdução .....	39
2.2. Origem da tutela jurisdicional coletiva .....	41
2.3. Microssistema coletivo .....	43
2.3.1. Conceito .....	43
2.3.2. Casuística .....	47
2.4. Marcos legislativos .....	50
<b>3. LEGISLAÇÃO VIGENTE .....</b>	<b>55</b>
3.1. Introdução .....	55
3.2. Lei das Pessoas Portadoras de Deficiência (Lei 7.853/1989) .....	55
3.3. Lei de Defesa dos Investidores do Mercado de Valores Mobiliários (Lei 7.913/1989) .....	57
3.4. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) .....	58
3.5. Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992) .....	60
3.6. Estatuto do Torcedor (Lei 10.671/2003) .....	66
3.7. Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) .....	67
3.8. Lei do Mandado de Segurança (Lei 12.016/2009) .....	69
3.9. Lei de Defesa da Ordem Econômica (Lei 12.529/2011) .....	70
3.10. Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013) .....	72
3.11. Lei do Mandado de Injunção (Lei 13.300/2016) .....	76
<b>4. ESPÉCIES DE PROCESSO COLETIVO .....</b>	<b>81</b>

4.1.	Processo coletivo comum .....	81
4.1.1.	Introdução .....	81
4.1.2.	Ação popular .....	83
4.1.2.1.	Hipóteses de cabimento .....	83
4.1.2.2.	Ilegalidade e lesividade do ato administrativo .....	88
4.1.3.	Mandado de segurança coletivo .....	90
4.1.3.1.	Requisitos comuns de cabimento do mandado de segurança individual e coletivo .....	90
4.1.3.2.	Direitos tuteláveis pelo mandado de segurança coletivo ....	93
4.1.4.	Ação de improbidade administrativa .....	94
4.1.4.1.	Patrimônio público e moralidade administrativa .....	94
4.1.4.2.	Natureza civil da ação de improbidade administrativa .....	94
4.1.5.	Ação civil pública .....	96
4.1.6.	Mandado de injunção coletivo .....	97
4.2.	Processo coletivo especial .....	98
4.2.1.	Introdução .....	98
4.2.2.	Ação direta de inconstitucionalidade .....	99
4.2.3.	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão .....	100
4.2.4.	Ação declaratória de constitucionalidade .....	101
4.2.5.	Ação de descumprimento de preceito fundamental .....	102
4.2.5.1.	Objeto da impugnação .....	102
4.2.5.2.	Caráter subsidiário .....	106
4.3.	Processos pseudocoletivos (ações pseudocoletivas) .....	107
4.4.	Ações pseudoindividuais .....	108
<b>5.</b>	<b>PRINCÍPIOS DO PROCESSO COLETIVO .....</b>	<b>115</b>
5.1.	Acesso à ordem jurídica justa .....	115
5.2.	Princípio da participação .....	119
5.3.	Ativismo judicial .....	121
5.3.1.	Sistemas processuais dispositivo e inquisitivo .....	121
5.3.2.	Sistema processual no processo coletivo e poderes do juiz .....	122
5.3.3.	Processo coletivo e a implementação de políticas públicas .....	125
5.3.4.	Dever do juiz na prática de atos processuais (prazos impróprios) ....	129
5.4.	Contraditório .....	132
5.5.	Economia processual .....	135
5.6.	Interesse no julgamento de mérito .....	137
5.6.1.	Princípio de teoria geral do processo .....	137
5.6.2.	Especificamente o processo coletivo .....	139

5.6.2.1.	Introdução .....	139
5.6.2.2.	Sucessão na hipótese de ilegitimidade ativa .....	139
5.6.2.3.	Fungibilidade .....	140
5.6.2.4.	Cumulação de pedidos na ação de improbidade administrativa .....	143
5.6.3.	Interesse no melhor julgamento de mérito possível .....	144
5.7.	Disponibilidade motivada .....	145
5.8.	Obrigatoriedade de promoção da defesa dos direitos coletivos <i>lato sensu</i> ? ..	151
5.9.	Obrigatoriedade da execução .....	152
5.10.	Não taxatividade da tutela coletiva .....	154
5.11.	Competência adequada .....	156
<b>6.</b>	<b>DIREITOS TUTELADOS PELO MICROSSISTEMA COLETIVO .....</b>	<b>159</b>
6.1.	Direitos ou interesses? .....	159
6.2.	Direito difuso .....	161
6.3.	Direito coletivo .....	163
6.4.	Direitos individuais homogêneos .....	165
6.5.	Direitos individuais indisponíveis .....	168
6.6.	Identities e diferenças entre os direitos coletivos <i>lato sensu</i> .....	171
<b>7.</b>	<b>COMPETÊNCIA .....</b>	<b>175</b>
7.1.	Introdução .....	175
7.2.	Competência da Justiça brasileira .....	176
7.3.	Competência originária dos tribunais superiores e órgãos atípicos .....	177
7.3.1.	Processo coletivo especial .....	177
7.3.2.	Ação popular e ação civil pública .....	177
7.3.3.	Ação de improbidade administrativa .....	178
7.3.4.	Mandado de injunção coletivo .....	180
7.3.5.	Mandado de segurança coletivo .....	181
7.3.6.	Processo de impedimento .....	181
7.4.	Competência de Justiça Especializada .....	181
7.5.	Competência da Justiça Comum .....	182
7.6.	Regra de competência absoluta .....	185
7.6.1.	Competência absoluta: funcional ou territorial? .....	185
7.6.2.	Local do dano .....	186
7.6.3.	ECA e Estatuto do Idoso .....	189
7.6.4.	Mandado de segurança coletivo .....	189
7.6.5.	Ação popular .....	190
7.6.6.	Ação de improbidade administrativa .....	192

7.7.	Competência de juízo .....	193
<b>8.</b>	<b>LEGITIMIDADE .....</b>	<b>195</b>
8.1.	Espécies de legitimidade .....	195
8.2.	Legitimados ativos .....	197
8.2.1.	Cidadão .....	197
8.2.2.	Ministério Público .....	202
8.2.3.	Associação .....	207
8.2.3.1.	Introdução .....	207
8.2.3.2.	Constituição nos termos da lei civil há pelo menos um ano .....	208
8.2.3.3.	Pertinência temática .....	209
8.2.3.4.	Representação adequada ( <i>adequacy of representation</i> ) .....	210
8.2.3.4.1.	Introdução .....	210
8.2.3.4.2.	Sistema <i>ope iudicis</i> ( <i>common law</i> ) .....	211
8.2.3.4.3.	Sistema <i>ope legis</i> ( <i>civil law</i> ) .....	212
8.2.3.4.4.	Situação atual no Brasil .....	214
8.2.3.5.	Legitimidade extraordinária ou representação processual? .....	215
8.2.4.	Pessoas jurídicas da administração pública .....	218
8.2.5.	Defensoria Pública .....	220
8.3.	Legitimação ativa no mandado de segurança coletivo .....	229
8.4.	Legitimação ativa na ação de improbidade administrativa .....	232
8.4.1.	Introdução .....	232
8.4.2.	Pessoa jurídica interessada .....	232
8.4.3.	Ministério Público .....	234
8.5.	Processo coletivo especial .....	236
8.6.	Legitimados passivos .....	240
8.6.1.	Introdução .....	240
8.6.2.	Ação popular .....	241
8.6.3.	Ação de improbidade administrativa .....	243
8.6.4.	Mandado de segurança coletivo .....	244
8.6.5.	Legitimação passiva no processo coletivo especial .....	248
8.7.	Legitimação bifronte da pessoa jurídica de direito público .....	251
8.7.1.	Ação popular .....	251
8.7.2.	Ação de improbidade administrativa .....	253
8.8.	Classificação da legitimidade e litisconsórcio .....	255
<b>9.</b>	<b>RELAÇÃO ENTRE A AÇÃO COLETIVA E INDIVIDUAL .....</b>	<b>257</b>
9.1.	Introdução .....	257

9.2.	Litispêndênciã .....	257
9.3.	Conexão e continência .....	259
9.3.1.	Conceito .....	259
9.3.2.	Objetivos pretendidos com a reunião de ações conexas .....	260
9.3.3.	Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão .....	261
9.3.4.	Matéria de ordem pública .....	262
9.3.5.	Especificamente na relação entre ação coletiva e individual .....	262
9.4.	Suspensão do processo individual .....	264
9.5.	Extinção do processo individual .....	266
<b>10.</b>	<b>PARTICIPAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO .....</b>	<b>269</b>
10.1.	Parte .....	269
10.1.1.	Polo ativo .....	270
10.1.2.	Polo passivo .....	270
10.1.3.	Liticonsórcio .....	272
10.2.	Fiscal da Ordem Jurídica .....	272
10.2.1.	Mandado de segurança coletivo .....	274
10.2.2.	Ação popular .....	275
10.3.	Sucessão processual .....	279
<b>11.</b>	<b>LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS .....</b>	<b>281</b>
11.1.	Liticonsórcio .....	281
11.2.	Liticonsórcio no polo ativo .....	282
11.2.1.	Facultativo .....	282
11.2.2.	Unitário .....	283
11.2.3.	Liticonsórcio ativo ulterior? .....	284
11.2.3.1.	Processo coletivo comum .....	284
11.2.3.2.	Processo coletivo especial .....	287
11.3.	Liticonsórcio no polo passivo .....	289
11.3.1.	Introdução .....	289
11.3.2.	Ação popular .....	289
11.3.3.	Ação de improbidade administrativa .....	290
11.4.	Indivíduo como "liticonsorte" nas ações coletivas de direito individual homogêneo .....	291
11.5.	Intervenção de terceiros .....	293
11.6.	Assistência .....	294
11.6.1.	Assistência simples .....	294
11.6.2.	Assistência liticonsorcial .....	295

11.7.	Denúnciação da lide .....	296
11.7.1.	Denúnciação da lide no Código de Defesa do Consumidor .....	297
11.7.1.1.	Introdução .....	297
11.7.1.2.	Razões da vedação legal .....	297
11.7.1.2.1.	Introdução .....	297
11.7.1.2.2.	Retardamento procedimental .....	298
11.7.1.2.3.	Nova causa de pedir em razão da denúnciação da lide .....	300
11.7.1.2.4.	Abrangência da vedação legal .....	302
11.8.	Chamamento ao processo .....	303
11.8.1.	Espécie atípica de chamamento ao processo .....	303
11.8.1.1.	Ação diretamente proposta contra a seguradora .....	304
11.9.	<i>Amicus curiae</i> .....	305
11.9.1.	Introdução .....	305
11.9.2.	Interesse institucional .....	306
11.9.3.	Requisitos .....	307
11.9.4.	Aspectos procedimentais .....	309
11.10.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	310
11.10.1.	Introdução .....	310
11.10.2.	Momento .....	312
11.10.3.	Procedimento .....	312
11.10.4.	Forma de defesa do sócio (ou da sociedade na desconsideração inversa) .....	315
11.10.5.	Recorribilidade .....	318
11.10.6.	Fraude à execução .....	319
<b>12.</b>	<b>RELAÇÃO ENTRE AÇÕES COLETIVAS .....</b>	<b>321</b>
12.1.	Introdução .....	321
12.2.	Conexão e continência .....	322
12.2.1.	Conceito e efeito .....	322
12.2.2.	Determinação do juízo prevento .....	323
12.2.3.	Prejudicialidade externa .....	324
12.3.	Litispendência e seu efeito .....	325
12.4.	Limitação territorial do art. 16 da LACP .....	327
12.5.	Indevida confusão entre continência e litispendência parcial .....	328
<b>13.</b>	<b>MEIOS DE IMPUGNAÇÃO .....</b>	<b>331</b>
13.1.	Recursos e sucedâneos recursais .....	331
13.2.	Cabimento .....	332



13.2.1.	Introdução .....	332
13.2.2.	Ação popular .....	333
13.2.3.	Mandado de segurança coletivo .....	334
13.2.4.	Processo coletivo especial .....	335
13.3.	Legitimidade recursal .....	337
13.3.1.	Introdução .....	337
13.3.2.	Ação popular .....	338
13.3.3.	Mandado de segurança coletivo .....	339
13.4.	Efeitos .....	340
13.4.1.	Introdução .....	340
13.4.2.	Ação civil pública .....	340
13.4.3.	Ação popular .....	342
13.5.	Desistência e renúncia .....	344
13.6.	Reexame necessário .....	348
13.6.1.	Introdução .....	348
13.6.2.	Ação popular .....	349
13.6.3.	Mandado de segurança coletivo .....	350
13.7.	Ação rescisória .....	351
13.7.1.	Introdução .....	351
13.7.2.	Processo coletivo comum .....	353
13.7.3.	Processo coletivo especial .....	354
13.8.	Pedido de suspensão de segurança .....	356
<b>14.</b>	<b>COISA JULGADA .....</b>	<b>363</b>
14.1.	Introdução .....	363
14.2.	Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> .....	363
14.3.	Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> .....	368
14.4.	Limitação territorial da coisa julgada .....	370
14.5.	Coisa julgada na ação de improbidade administrativa .....	374
14.6.	Coisa julgada no mandado de segurança coletivo .....	375
<b>15.</b>	<b>LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA .....</b>	<b>379</b>
15.1.	Conceito de liquidez e obrigações líquidas .....	379
15.2.	Natureza jurídica da liquidação .....	380
15.3.	Legitimidade ativa .....	382
15.4.	Competência .....	382
15.5.	Espécies de liquidação de sentença .....	384
15.6.	Direito difuso e coletivo .....	386

15.7.	Direito individual homogêneo .....	386
15.8.	Liquidação individual das sentenças de direito difuso e coletivo .....	387
<b>16.</b>	<b>EXECUÇÃO .....</b>	<b>389</b>
16.1.	Introdução .....	389
16.1.1.	Processo de execução e cumprimento de sentença .....	389
16.1.2.	Execução por sub-rogação e indireta .....	392
16.2.	Legitimidade ativa .....	398
16.3.	Direitos difusos e coletivos .....	400
16.4.	Direitos individuais homogêneos .....	401
16.4.1.	Introdução .....	401
16.4.2.	Execução por <i>fluid recovery</i> .....	401
16.4.3.	Legitimidade .....	405
16.5.	Regime jurídico das despesas e custas processuais .....	407
<b>17.</b>	<b>TUTELA PROVISÓRIA .....</b>	<b>409</b>
17.1.	Introdução .....	409
17.2.	Tutela antecipada .....	411
17.3.	Liminar .....	414
17.3.1.	Processo coletivo comum .....	417
17.3.2.	Mandado de segurança coletivo .....	419
17.3.2.1.	Natureza jurídica .....	419
17.3.2.2.	Prestação de garantia para a concessão da liminar .....	421
17.3.2.3.	Comunicações .....	422
17.3.2.4.	Vedação à concessão de liminares .....	423
17.3.2.5.	Efeitos da liminar .....	423
17.3.2.6.	Perempção ou caducidade da liminar .....	425
17.4.	Cautelar .....	427
17.4.1.	Processo coletivo comum .....	427
17.4.2.	Cautelares nominadas na Lei de Improbidade Administrativa .....	428
17.4.2.1.	Introdução .....	428
17.4.2.2.	Indisponibilidade de bens .....	429
17.4.2.2.1.	Natureza jurídica .....	429
17.4.2.2.2.	Atos de improbidade e indisponibilidade .....	431
17.4.2.2.3.	Legitimidade ativa .....	432
17.4.2.2.4.	Objeto da garantia .....	434
17.4.2.2.5.	Limites impostos ao ato de constrição .....	436
17.4.2.2.6.	Forma de pedido de indisponibilidade .....	438

17.4.2.2.7.	Concessão liminar de medida cautelar .....	439
17.4.2.2.8.	Requisitos para a concessão .....	440
17.4.2.2.9.	Prazo para a propositura da ação principal .....	441
17.4.2.3.	Sequestro .....	443
17.4.2.3.1.	Natureza jurídica .....	443
17.4.2.3.2.	Atos de improbidade e sequestro .....	446
17.4.2.3.3.	Legitimidade ativa .....	446
17.4.2.3.4.	Objeto de constrição .....	447
17.4.2.3.5.	Limites impostos ao ato de constrição .....	447
17.4.2.3.6.	Forma do pedido de sequestro .....	448
17.4.2.3.7.	Concessão liminar .....	448
17.4.2.3.8.	Requisitos para a concessão .....	449
17.4.2.3.9.	Prazo para a propositura da ação principal .....	449
17.4.2.4.	Afastamento provisório do cargo, emprego ou função .....	450
17.4.2.4.1.	Natureza jurídica .....	450
17.4.2.4.2.	Requisitos para a concessão .....	451
17.4.2.4.3.	Tempo de duração .....	452
17.4.2.4.4.	Sujeitos passivos da medida .....	453
17.4.2.4.5.	Excepcionalidade do pedido .....	454
17.4.3.	Processo coletivo especial .....	455
17.4.3.1.	Ação direta de inconstitucionalidade .....	455
17.4.3.2.	Ação direta de inconstitucionalidade por omissão .....	459
17.4.3.3.	Ação declaratória de constitucionalidade .....	461
17.4.3.4.	Arguição de descumprimento de preceito fundamental ...	462
17.5.	Tutela da evidência .....	464
17.5.1.	Introdução .....	464
17.5.2.	Hipóteses de cabimento .....	465
17.5.2.1.	Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito pro- telatório do réu .....	465
17.5.2.2.	Fato provável e tese jurídica pacificada nos tribunais superiores .....	467
17.5.2.3.	Prova documental em ação reipersecutória .....	468
17.5.2.4.	Prova documental sem prova do réu capaz de gerar dúvida razoável ao juiz .....	469
17.5.3.	Procedimento .....	469
<b>18.</b>	<b>MEIOS DE SOLUÇÃO DOS CONFLITOS .....</b>	<b>471</b>
18.1.	Introdução .....	471
18.2.	Jurisdição .....	471

18.3.	Equivalentes jurisdicionais .....	472
18.3.1.	Autotutela .....	472
18.3.2.	Autocomposição .....	473
18.3.2.1.	Diferentes espécies .....	473
18.3.2.2.	Termo de ajustamento de conduta .....	475
18.3.2.3.	Instrumentos extrajudiciais semelhantes ao Termo de Ajustamento de Conduta .....	480
18.3.2.4.	Transação durante o processo coletivo .....	481
18.3.2.5.	Vedação expressa à transação na Lei de Improbidade Administrativa .....	482
18.3.3.	Mediação .....	483
18.3.4.	Arbitragem .....	485
18.3.4.1.	Generalidades .....	485
18.3.4.2.	Cabimento na tutela coletiva .....	487
18.3.4.2.1.	Introdução .....	487
18.3.4.2.2.	Vedação expressa à arbitragem no Código de Defesa do Consumidor .....	487
<b>19.</b>	<b>GRATUIDADE .....</b>	<b>489</b>
19.1.	Introdução .....	489
19.2.	Isenção de adiantamento .....	489
19.3.	Condenação em verbas de sucumbência .....	493
<b>20.</b>	<b>INQUÉRITO CIVIL .....</b>	<b>497</b>
20.1.	Introdução .....	497
20.2.	Natureza jurídica do inquérito civil .....	498
20.2.1.	Introdução .....	498
20.2.2.	Legitimação exclusiva do Ministério Público .....	498
20.2.3.	Facultatividade .....	499
20.2.4.	Formalidade restrita (inquisitorialidade) – o problema do contraditório .....	500
20.2.5.	Publicidade mitigada .....	502
20.2.6.	Autoexecutoriedade .....	503
20.3.	Procedimento preparatório .....	504
20.4.	Procedimento .....	505
20.4.1.	Introdução .....	505
20.4.2.	Instauração .....	506
20.4.3.	Indeferimento do requerimento de instauração do inquérito civil ....	507
20.4.4.	Instrução .....	509

20.4.5.	Audiência pública .....	512
20.4.6.	Arquivamento .....	513
20.4.7.	Recomendações .....	515
20.5.	A importância da aproximação entre o inquérito civil e as cautelares probatórias – o valor e a carga da prova produzida .....	516
<b>21.</b>	<b>PROCESSO COLETIVO PASSIVO .....</b>	<b>519</b>
21.1.	Situações jurídicas coletivas passivas .....	519
21.2.	Situações jurídicas coletivas ativas e passivas .....	520
21.3.	Situações jurídicas coletivas passivas e processo coletivo passivo .....	521
21.3.1.	Introdução .....	521
21.3.2.	Dificuldades práticas na adoção do processo coletivo passivo .....	522
21.3.2.1.	Legitimidade .....	522
21.3.2.2.	Coisa julgada .....	523
21.3.2.3.	Demais questões processuais .....	525
21.4.	Ações coletivas passivas originais e derivadas: indevida confusão .....	528
<b>22.</b>	<b>PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA .....</b>	<b>531</b>
22.1.	Introdução .....	531
22.2.	Decadência .....	532
22.2.1.	Mandado de segurança coletivo .....	532
22.2.2.	Habilitação individual em sentença coletiva de direito individual homogêneo .....	533
22.3.	Prescrição .....	534
22.3.1.	(Im)prescritibilidade da pretensão de ressarcimento de danos ao Erário .....	534
22.3.2.	Ação popular .....	534
22.3.3.	Ação de improbidade administrativa .....	536
22.3.4.	Ação civil pública .....	538
22.4.	Prescrição da pretensão individual .....	539
22.4.1.	Pretensão de conhecimento .....	539
22.4.2.	Pretensão executiva .....	540
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>542</b>